



INCLUSÃO NA ESCOLA PÚBLICA - UM RELATO DE ENSINO REMOTO NA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Camila Barboza Castro

Resumo: A inclusão é um assunto que deveria ser natural e não motivo de medo ou inércia por parte da comunidade escolar e professores em formação da universidade. Neste trabalho busco contar minha experiência com uma turma de escola pública com aluno com deficiência, atuando como residente no Programa de Residência Pedagógica - Núcleo Arte da Universidade Federal de Pelotas, além de problematizar brevemente a questão da inclusão no meio formativo e a docência em música.

Palavras Chave: Inclusão; Música; Arte-Educação; Ensino Remoto; TEA.

A inclusão é um tema emergente. Mas prefiro dizer que a inclusão é um tema URGENTE. Estamos no ano de 2021 e já passou da hora de a inclusão de pessoas com deficiência e a diversidade racial, sexual e de classe ser ponto norteador da discussão sobre caminhos educacionais e pedagógicos.

Emergente porque o tema surge a todo momento e, cada vez mais, nas mídias e na vida docente. Porém não é um tema novo, pelo contrário. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei Nº 4.024) trazia uma base para o atendimento educacional às pessoas com deficiência, se utilizando de terminologias que hoje não são adequadas, como “excepcionais” ou “especiais”. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020)

Dos anos 60 até a atualidade, diversas leis e decretos foram surgindo e modificando as diretrizes e concepções de direitos educacionais e das próprias deficiências, não sendo algo sempre positivo e tampouco de progresso. Isso é mais um motivo para a urgência de trabalhar o tema e naturalizar a deficiência e as pessoas com deficiência na escola regular.

1
, . Inclusão na escola pública - um relato de ensino remoto na Residência Pedagógica. *Anais... 27º Seminário Nacional de Arte e Educação*. Montenegro: Editora da FUNDARTE, p.01-07, 2021. Disponível em: <http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/Anaissem/issue/current> em 30 de novembro de 2021.



Dessa forma, trago meu relato como residente do programa de Residência Pedagógica - Núcleo Arte da Universidade Federal de Pelotas, em uma escola pública de ensino fundamental na cidade de Pelotas, na qual trabalhei remotamente com ensino de música para uma turma de 1º ano na escola E.M.E.F. Luciana de Araújo que possuía um com aluno com deficiência.

O Programa de Residência Pedagógica da CAPES na UFPEL começou durante a pandemia do COVID-19 em 2020 e se mantém até hoje. Atuamos de forma virtual na escola desde março de 2020. A cada trimestre escolar, nós residentes nos responsabilizamos por uma turma diferente.

A plataforma Google Sala de Aula foi utilizada para as aulas. Fomos incumbidos das tarefas da turma designada, sendo elas elaborar: uma aula assíncrona, uma aula impressa e uma aula adaptada conforme necessidade. A aula assíncrona era realizada semanalmente e postada na plataforma. Era uma atividade obrigatória. A aula impressa era para os alunos que não tinham acesso à aula na plataforma por não possuírem acesso à internet ou aparelhos. Semanalmente buscavam as aulas impressas na escola. Já a aula adaptada era para os alunos “com laudo”¹ quando houvesse algum na turma, sendo impressa ou assíncrona. Cabe ressaltar que a aula síncrona era possível para algumas turmas, porém como aula extra, mantendo a obrigatoriedade das outras aulas.

Na turma de 1º ano que trabalhei eu tive um aluno PCD. Um aluno com TEA - Transtorno do Espectro Autista, que vou identificar como **G** ao longo do trabalho.

¹ Na escola nos é informado quando temos na turma alunos “com laudo”, ou seja, alunos com algum tipo de deficiência que é documentada na escola. Utilizo as aspas pois entendo que é um sistema e uma maneira pejorativa e capacitista de se referir aos PCDs, que de certa forma os rotula criando uma distância maior da inclusão. Embora compreenda a importância do laudo para garantir os direitos, entre eles o atendimento adequado na escola, a melhor forma de se referir a eles é como pessoas com deficiência, sendo o foco a pessoa e não o “laudo”, a deficiência.

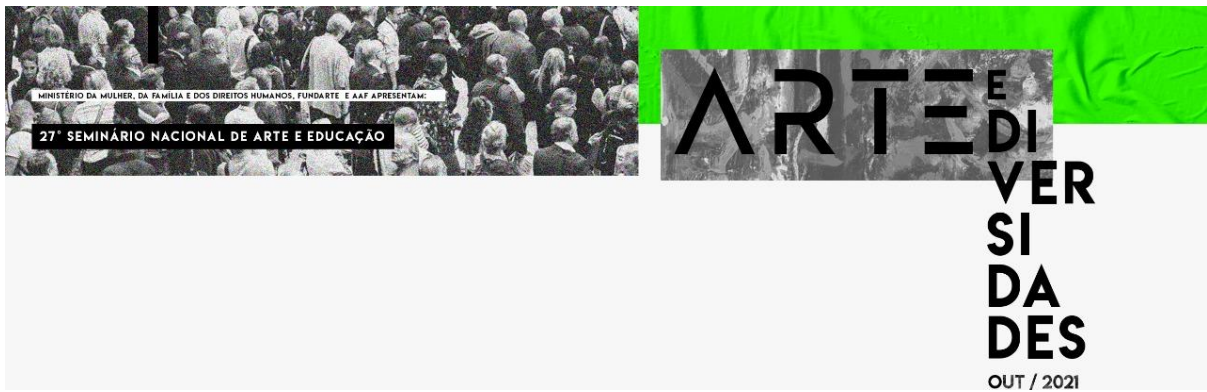


Conhecer a criança no espectro autista presencialmente já é algo que, às vezes, exige um trabalho mais apurado do que com crianças neurotípicas, que leva tempo para entender e atender da melhor forma. Mas, no sistema remoto, é uma tarefa extremamente difícil, senão, impossível; considerando ainda as realidades socioeconômicas que vivem as famílias da escola ou mesmo dos professores.

Assim, além do desafio de viver pela primeira vez a docência em música de maneira totalmente remota, foi adicionada a inclusão. Até esse momento eu tinha experienciado, através da extensão universitária, alguns anos de ensino de musicalização infantil presencial a crianças neurotípicas e com TEA em conjunto, o que de certa forma me conduziu e preparou para que eu tivesse uma ideia de abordagem pedagógica significativa para todos os alunos.

Tive alguns dias para planejar o plano de ensino, então minha primeira ação foi tentar pegar informações sobre a turma e, em especial, sobre **G**. Quanto à turma, não consegui informações significativas, pois sendo um 1º ano, os alunos tinham ingressado na escola durante a pandemia e as professoras da escola conheciam os alunos tanto quanto eu. Quanto a G, entrei em contato com sua mãe pelo *whatsapp*. Eu precisava saber coisas básicas para que eu pudesse fazer uma aula inclusiva, e conhecendo os interesses desse aluno que, por estar dentro do espectro autista, possui algumas peculiaridades que podem impossibilitar ou facilitar o processo de ensino-aprendizagem, eu poderia elaborar uma aula interessante para ele que também contemplasse todos os colegas!

Perguntei então à mãe de G sobre atividades que ele tinha mais atenção, se era oralizado, se tinha algum hiperfoco, se possuía algum outro transtorno associado, se gostava de música, coisas que o desequilibravam, entre outros. Ele não tinha hiperfoco, não era oralizado nem alfabetizado, o que dificultou a



elaboração de aula. Mas, felizmente, ele gostava de música, o que poderia ajudar minimamente. Na ocasião, a mãe me comentou que ele às vezes “parava mais” assistindo a vídeos. E aí que decidi minha metodologia, eu precisava fazer aulas por vídeos.

Vídeo-aula era a única possibilidade que vi de chegar nesse aluno. Por mais difícil que pudesse ser o acesso das famílias à internet, eu precisava arranjar uma maneira de fazer vídeos leves e curtos, que tocassem músicas familiares para G, que a escola aprovasse e que fosse possível assistir online ou baixar com o mínimo de dados possíveis.

Realizei então todas minhas aulas do 1º ano de forma assíncrona através de vídeo aulas gravadas com 6 a 15 minutos cada, editando sempre para que ficassem em um formato de qualidade minimamente satisfatória e tamanho menor possível.

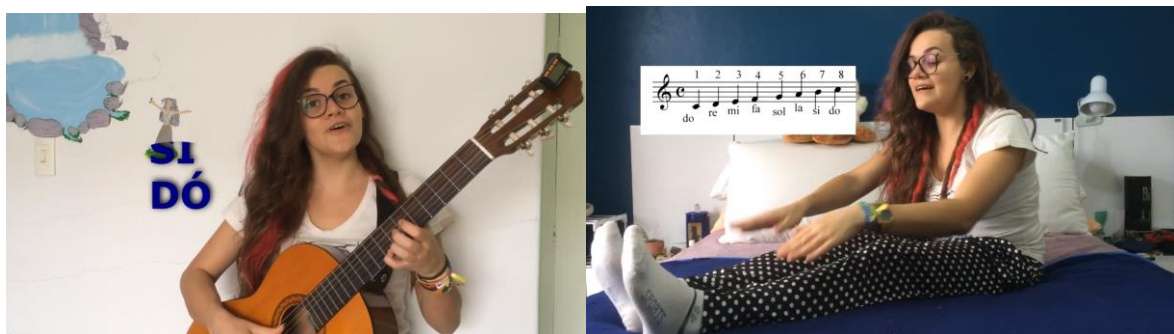


Figura 1 e 2: Imagem da vídeo aula 5, trabalhando escala musical.

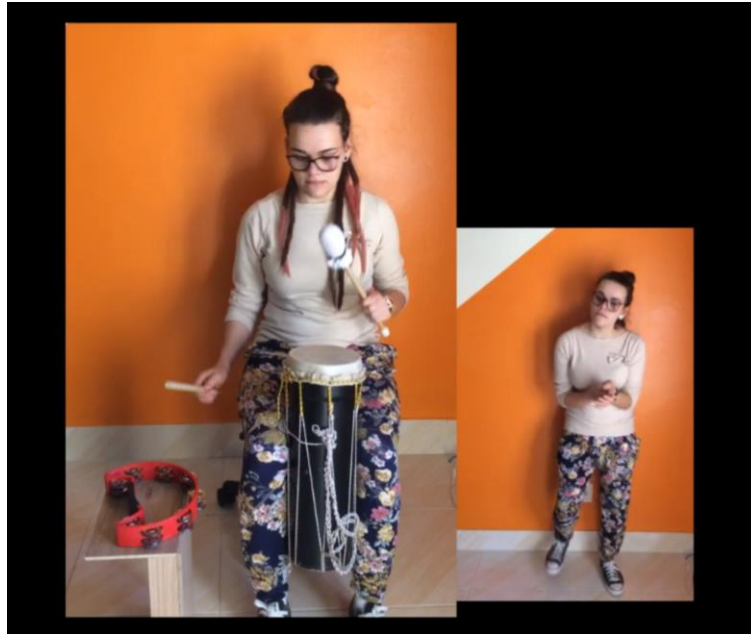


Figura 3: Imagem da vídeo aula 9, trabalhando ritmo e percussão corporal

Toda aula precisava ter uma devolutiva da criança, exigência da escola. Às vezes eu pedia um desenho, um comentário ou simplesmente um registro preferencialmente em vídeo da criança assistindo a aula. Eu tinha aproximadamente 15 alunos mas recebia em média apenas 2 devolutivas por aula. Assim eu não sabia de fato como a turma estava indo, se a aula chegava neles ou não. Houveram várias vezes que os responsáveis tinham dificuldades com tecnologia. Dado momento perguntei à mãe de G se tinha alguma dificuldade pois não via as respostas na plataforma e ela me retornou dizendo que não estava conseguindo acessar (mesmo eu conferindo seu acesso e estando tudo certo). Então mandei todas as atividades atrasadas para ela e toda semana de nova postagem na plataforma, eu mandava o link e orientações pertinentes, sugerindo como acompanhar G durante as aulas, maneiras de incentivar e chamar sua atenção.

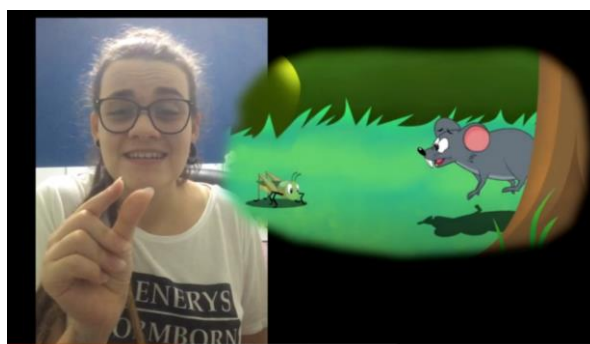


Figura 4 e 5: Imagem do vídeo da aula 4, trabalhando sonorização de histórias e paisagem sonora. Utilizei um desenho animado que G gostava.

Os retornos de G foram bem interessantes, infelizmente a mãe não conseguia gravar G e auxiliar assistindo a aula ao mesmo tempo, então ela me relatava brevemente como tinha decorrido ou mandava foto da tarefa. Às vezes a própria mãe me ensinava e arranjava alguma solução para entregar a tarefa (lembrando que era exigência da escola), pois algumas devolutivas que eu pedia não eram factíveis, não chegava ao entendimento dele e isso foi uma das minhas falhas, por vezes. Até que, ouvindo sua mãe e investigando, fui conhecendo minimamente G e pedindo devolutivas adequadas. Portanto dei a mesma aula para todos, mas exigindo não menos nem mais de G, e sim exigindo uma resposta adequada a ele como também pedia aos outros alunos.

Nesta experiência docente percebi quão essencial é o contato com a família e sua participação como “co-mediadores” das aulas, seja para típicos ou para neurodivergentes e outros PCDs. Em tempos de ensino remoto eles precisam fazer parte do nosso trabalho, já que não temos contato direto com as crianças. Isso com certeza exige muito deles e também de nós, em os procurar, em auxiliar e fazer um



terceiro ou quarto turno para tentar garantir que o aluno está atendendo às aulas minimamente. Função essa que não existe no ensino presencial.

Também re-apontei as lacunas na formação docente universitária que não nos prepara para o ensino inclusivo nas escolas. A maioria dos meus colegas residentes não fazia ideia do que fariam com seus alunos PCDs e, muitas vezes, acabavam apenas fazendo apenas alguma atividade mais fácil, de um nível diferente do ano do aluno, a tal “adaptação” que minimiza as capacidades do aluno. Não é em função de eu ter ‘apenas’ um aluno PCD que eu não deveria escrever este trabalho. Pelo contrário, é necessário para que, com a naturalização desse fato - que só vai ocorrer se abordarmos - avançaremos na pedagogia inclusiva.

Assim, quando, ao me deparar com um PCD na minha turma da escola, vejo que tenho um obstáculo ou impossibilidade, tenho um problema e bloqueio didático. E, quando vejo que tenho uma oportunidade de incluir esse aluno na turma e ensinar a todos, tenho uma possibilidade. Uma possibilidade de aprender e ensinar música de uma maneira significativa para todos, com sensibilidade, potência e conteúdo, de pensar diferente e me desafiar, de desenvolver uma nova abordagem pedagógico-musical, minha própria abordagem para todos alunos, neurotípicos ou neurodivergentes, sem deficiência com sem deficiência. É necessário olhar pela diferença, e não pela igualdade.

Referências:

EDUCAÇÃO inclusiva: conheça o histórico da legislação sobre inclusão; *Todos Pela Educação*, 2020. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 16/09/2021.

, . Inclusão na escola pública - um relato de ensino remoto na Residência Pedagógica. *Anais... 27º Seminário Nacional de Arte e Educação*. Montenegro: Editora da FUNDARTE, p.01-07, 2021. Disponível em: <http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/Anaissem/issue/current> em 30 de novembro de 2021.